

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PANORAMA ECONÔMICO E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Em 2013, o cenário internacional foi marcado pela retomada do crescimento da economia norte americana e uma melhora gradual da zona do Euro. No cenário local, mesmo diante das medidas tomadas pelo governo no intuito de aumentar a atividade econômica, o crescimento econômico foi abaixo do esperado. A inflação manteve-se pressionada, próximo ao teto da meta definida pelo CMN, e o Banco Central foi obrigado a aumentar a taxa básica de juros da economia de forma a evitar o descumprimento da meta inflacionária do ano. Assim, diante do baixo crescimento aliado à alta inflação e da deterioração das contas públicas, o rating soberano brasileiro foi colocado em revisão com uma perspectiva negativa pela agência classificadora de risco Standard & Poor's.

A expectativa para o ano de 2014 é de um crescimento econômico ainda abaixo do potencial, principalmente em função de uma redução dos estímulos econômicos e do calendário de eventos (copa do mundo de futebol e eleições presidenciais). Contudo, o nível atual da taxa de desemprego, aliado a uma expectativa de manutenção do mercado automobilístico nos níveis de 2013 e a uma melhora na situação das economias desenvolvidas, levam a administração do Banco Fidis a acreditar em um cenário positivo para a instituição e que existirão adequadas oportunidades de negócios.

A EMPRESA

O Banco Fidis S/A, constituído sobre a forma de banco múltiplo (carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimentos e arrendamento mercantil), tem como último acionista de referência a Fiat S.p.A., da Itália, e tem como missão suprir às necessidades financeiras das redes de concessionárias Fiat e Chrysler, notadamente por meio do financiamento dos estoques (floor-plan) e de linhas para capital de giro. Além do financiamento às concessionárias, o Banco Fidis oferece, através de sua Unidade de Negócio Chrysler Group Financial Services, linhas de crédito destinadas à aquisição dos

produtos fabricados pela Chrysler (CDC, Leasing e financiamentos de capital fixo).

Em virtude de uma reorganização mundial das empresas do conglomerado FIAT/CNH, o Banco Fidis em conjunto com as empresas ligadas Banco CNH Capital S/A e Iveco Latin America Ltda. celebraram contrato de cessão de direitos, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, no qual estabelece que o Banco Fidis cede ao Banco CNH o direito de financiar as operações da rede de concessionárias e clientes finais dos veículos da marca Iveco. Dessa forma, a partir de 01 de janeiro de 2014, o Banco CNH assumiu as atividades da Unidade de Negócio Iveco Capital, a qual oferece linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Iveco.

DESEMPENHO ECONÔMICO

A receita de intermediação financeira do Banco Fidis no exercício de 2013 foi de R\$504,4 milhões, uma redução de 1,86% em relação ao exercício de 2012, embora as receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil tenham apresentado um incremento de 2,34%, em razão do mix de produtos e da demanda do mercado, resultando na redução de investimentos financeiros e disponibilidades de curto prazo e na alavancagem das operações de crédito.

O resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no ano de 2013 foi de R\$51,9 milhões, 26,68% menor do que no ano de 2012, redução essa impactada substancialmente pelo custo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, além do aumento dos gastos com despesas de cobrança de operações de créditos e com despesa de pessoal, devido ao aumento do quadro funcional e incremento de benefícios aos funcionários.

Como consequência, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$38,0 milhões, inferior em 25,63% em relação ao lucro líquido do ano anterior.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Fidis, atendendo ao disposto na Resolução 3.849, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Fidis mantém uma estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos aderente às exigências da Resolução 3.467 do Banco Central do Brasil e no Decreto Lei italiano 231. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna do Banco Fidis, Auditoria Interna Fiat SpA, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461. Seguindo os padrões adotados pelo Grupo Fiat, o Banco Fidis efetua anualmente avaliações de riscos e testes de controles internos (Internal Control Over Financial Reporting), objetivando garantir os processos de Contabilidade e Reporting.

AGRADECIMENTOS

O Banco Fidis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do exercício.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	31.12.13		31.12.12		PASSIVO	31.12.13		31.12.12	
	Notas					Notas			
Circulante		31.12.13		31.12.12	Circulante		2.256.955		2.313.470
Disponibilidades		4.763.863		4.257.480	Depósitos	9	1.085.820		1.813.719
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	157.714		501.985	Depósitos a prazo		923.653		951.494
Aplicações no mercado aberto		157.714		501.985	Depósitos interfinanceiros		162.167		862.225
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	82.648		138.176	Obrigações por recursos de letras financeiras	9	672.194		-
Carteira própria		82.532		138.171	Letras financeiras		672.194		-
Diferencial a receber		116		5	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	10	442.057		409.542
Operações de crédito	6	4.362.976		3.471.611	Finame		442.057		409.542
Operações de crédito - setor privado		4.475.158		3.546.196	Instrumentos financeiros derivativos	5.c)	2.938		2.957
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d)	(112.182)		(74.585)	Instrumentos financeiros derivativos		2.938		2.957
Operações de arrendamento mercantil	8	(1.450)		(1.605)	Outras obrigações		53.946		87.252
Arrendamentos a receber		5.503		10.544	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.677		3.053
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(5.332)		(9.973)	Negociação e intermediação de valores Sociais e estatutárias	15.d)	9.923		-
Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa	6.d)	(1.621)		(2.176)	Fiscais e previdenciárias	13.a)	27.870		13.660
Outros créditos	7	144.656		129.819	Diversas	13.b)	13.277		70.148
Rendas a receber		2.595		2.838	Exigível a longo prazo		3.110.475		2.586.209
Diversos		142.061		126.981	Depósitos	9	1.669.650		1.100.671
Outros valores e bens		14.272		14.286	Depósitos a prazo		1.669.650		1.100.671
Outros valores e bens		14.065		14.281	Obrigações por recursos de letras financeiras	9	630.596		619.734
Despesas antecipadas		207		5	Letras financeiras		630.596		619.734
Realizável a Longo Prazo		1.151.132		1.119.790	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	10	775.160		819.251
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	11.163		87.714	Finame		775.160		819.251
Carteira própria		8.206		87.169	Instrumentos financeiros derivativos	5.c)	4.459		5.889
Diferencial a receber		2.388		46	Instrumentos financeiros derivativos		4.459		5.889
Cotas de fundos de investimentos		569		499	Outras obrigações		30.610		40.664
Operações de crédito	6	1.006.501		923.831	Fiscais e previdenciárias	13.a)	19.425		28.359
Operações de crédito - setor privado		1.061.253		965.788	Diversas	13.b)	11.185		12.305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d)	(54.752)		(41.957)	Resultado de exercícios futuros	14	40.253		12.043
Operações de arrendamento mercantil	8	(94)		(500)	Resultado de exercícios futuros		40.253		12.043
Arrendamentos a receber		1.815		7.845	Patrimônio líquido	15	523.583		492.569
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(1.815)		(7.845)	Capital		473.669		448.704
Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa	6.d)	(94)		(500)	De domiciliados no País		118.417		112.176
Outros créditos	7	133.562		108.745	De domiciliados no Exterior		355.252		336.528
Diversos		133.562		108.745	Reserva de lucros		48.055		46.694
Permanente		16.271		27.021	Ajuste de avaliação patrimonial	5.d)	1.859		(2.829)
Imobilizado de uso		3.315		3.971					
Imobilizações em curso		-		948					
Outras imobilizações de uso		5.066		4.407					
Depreciação acumulada		(1.751)		(1.384)					
Imobilizado de arrendamento	8	8.942		19.868					
Bens arrendados		20.823		35.529					
Depreciação acumulada		(19.290)		(29.246)					
Superveniência de depreciação		7.409		13.585					
Diferido		654		2.456					
Gastos pré-operacionais		2.372		2.177					
Amortização acumulada		(1.766)		(1.161)					
Perdas em arrendamentos a amortizar		120		3.363					
Amortização perdas diferidas		(72)		(1.923)					
Intangível		3.360		726					
Ativos intangíveis		4.078		936					
Amortização acumulada		(718)		(210)					
Total do Ativo		5.931.266		5.404.291	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.931.266		5.404.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E O SEGUNDO SEMESTRE DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

Receitas da intermediação financeira	Notas	Segundo semestre de 2013		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013	
		2013	2012	2013	2012
Receitas da intermediação financeira		280.050	504.465	514.012	514.012
Operações de crédito		261.561	459.011	438.087	438.087
Operações de arrendamento mercantil		1.929	8.281	18.510	18.510
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		16.560	37.173	57.415	57.415
Despesas da intermediação financeira		(212.687)	(380.747)	(381.872)	(381.872)
Operações de captação no mercado		(153.507)	(256.839)	(255.922)	(255.922)
Operações de arrendamento mercantil		(1.288)	(4.055)	(11.847)	(11.847)
Empréstimos, cessões e repasses		(19.281)	(44.630)	(61.559)	(61.559)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d)	(38.611)	(75.223)	(52.544)	(52.544)
Resultado bruto da intermediação financeira		67.363	123.718	132.140	132.140
Outras receitas (despesas) operacionais		(36.277)	(69.954)	(58.929)	(58.929)
Receitas de prestação de serviços		574	1.147	1.072	1.072
Receitas de cobrança de tarifas		2.231	4.707	3.946	3.946
Despesas de pessoal		(10.446)	(19.157)	(11.818)	(11.818)
Outras despesas administrativas	16.a)	(20.119)	(43.974)	(43.938)	(43.938)
Despesas tributárias		(5.605)	(10.923)	(10.675)	(10.675)
Outras receitas operacionais	16.b)	6.126	18.050	28.084	28.084
Outras despesas operacionais	16.c)	(9.038)	(19.804)	(25.600)	(25.600)
Resultado operacional		31.086	53.764	73.211	73.211
Resultado não operacional		(1.566)	(1.770)	(2.297)	(2.297)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		29.520	51.994	70.914	70.914
Imposto de renda e contribuição social	12	(6.146)	(12.320)	(18.454)	(18.454)
Participações dos empregados nos lucros		(893)	(1.674)	(1.359)	(1.359)
Lucro líquido do período		22.481	38.000	51.101	51.101
Lucro líquido do período por ação do capital social - R\$		0,05	0,08	0,12	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E O SEGUNDO SEMESTRE DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Segundo semestre de 2013		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do período		22.481	38.000	51.101	51.101
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.d)	37.448	75.223	52.544	52.544
Baixas da provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.d)	(24.629)	(25.792)	(23.411)	(23.411)
Depreciações e amortizações		2.543	5.981	6.830	6.830
Depreciações de bens de arrendamento mercantil		1.272	4.017	11.678	11.678
Superveniência de depreciação, líquida	8	981	1.459	(4.179)	(4.179)
Perda na alienação de bens não de uso próprio		1.532	1.677	2.184	2.184
Ganho (perda) na alienação de imobilizado de uso		(5)	54	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(2.753)	(12.843)	7.441	7.441
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	12	8.899	25.163	11.013	11.013
Constituição (reversão) líquida da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13	75	(8.948)	766	766
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.b)	(88)	(156)	(877)	(877)
Baixa de depósitos judiciais	7.2 e 16.c)	-	-	4.860	4.860
Varição das cotas de fundos de investimentos		(24)	(69)	42	42
		47.732	103.766	119.992	119.992
(Aumento) redução nos ativos operacionais		6.608	136.767	(101.691)	(101.691)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil		(28.687)	(1.024.027)	251.687	251.687
Outros créditos		(16.546)	(19.565)	29.823	29.823
Outros valores e bens		(6.224)	(20.490)	(15.094)	(15.094)
Baixa de imobilizado de arrendamento, depreciação e superveniência de contratos encerrados		1.185	5.450	3.802	3.802
Alienação de bens não de uso próprio (garantias de operações de crédito tomadas por inadimplência)		14.078			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As movimentações das provisões cível e trabalhista nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são como segue:

Provisão para riscos	2013			
	31.12.12	Constituição (*)	Reversão (*)	31.12.13
Cíveis	6.541	-	(192)	6.349
Trabalhistas	2.498	-	(76)	2.422
Total	9.039	-	(268)	8.771

(*) Os reflexos no resultado das movimentações dos valores relativos às provisões cíveis e trabalhistas (constituições e reversões) são apresentadas como "outras receitas operacionais" (Nota 16.b) ou como "outras despesas operacionais" (Nota 16.c) em função da apuração do resultado líquido de tais movimentações. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, devido a decisões judiciais desfavoráveis, o Banco efetuou o pagamento de processos cíveis e trabalhistas, complementando os valores anteriormente provisionados, nos montantes de R\$412 e R\$170, respectivamente, sendo que tais complementos não transitam pelas contas de provisão.

Provisão para riscos	2012			
	31.12.11	Constituição (*)	Reversão (*)	31.12.12
Cíveis	6.893	1.149	(1.501)	6.541
Trabalhistas	2.671	610	(783)	2.498
Total	9.564	1.759	(2.284)	9.039

(*) Os reflexos no resultado das movimentações dos valores relativos às provisões cíveis e trabalhistas (constituições e reversões) são apresentadas como "outras receitas operacionais" (Nota 16.b) ou como "outras despesas operacionais" (Nota 16.c) em função da apuração do resultado líquido de tais movimentações. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido a decisões judiciais desfavoráveis, o Banco efetuou o pagamento de processos cíveis e trabalhistas, complementando os valores anteriormente provisionados, nos montantes de R\$968 e R\$659, respectivamente, sendo que tais complementos não transitam pelas contas de provisão.

Os montantes de riscos cíveis e trabalhistas classificados como possíveis não reconhecidos nas demonstrações financeiras, conforme preconizam as práticas contábeis adotadas no Brasil, montam em R\$1.845 em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.093 em 31 de dezembro de 2012).

14. Resultado de Exercícios Futuros

	31.12.13	31.12.12
Diferimento de rendas antecipadas	16.553	12.043
Goodwill - Banco CNH (Nota 11)	23.700	-
Total	40.253	12.043

Diferimento de rendas antecipadas: refere-se às rendas antecipadas de operações de crédito pré-fixadas, sobre as quais não há quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência dos prazos dos respectivos contratos.

Goodwill - Banco CNH: em 30 de dezembro de 2013, foi celebrado um contrato entre o Banco e as empresas ligadas Banco CNH estabelecida que o Banco cede ao Banco CNH, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o direito de financiar as operações da rede de concessionárias e clientes finais do Grupo Iveco, em virtude de uma reorganização mundial das empresas do conglomerado FIAT/CNH.

A partir de 01 de janeiro de 2014, os novos contratos de financiamentos (CDC / Finame / Leasing) para aquisição de bens de fabricação da Iveco pelo cliente finais da marca serão realizados pelo Banco CNH, sendo que o financiamento rotativo de concessionários da rede Iveco (sistema Floor Plan) passará a ser realizado pelo Banco CNH ainda no primeiro semestre de 2014.

Como essas operações estavam sendo desenvolvidas pelo Banco em parceria com a Iveco, regimentada por contratos específicos, o Banco transfere onerosamente alguns ativos para o Banco CNH, envolvendo funcionários, know-how, sistemas e outros que fazem parte do negócio de financiamento dos produtos da Iveco. Portanto, o goodwill baseou-se, essencialmente, nos bens incorpóreos relativos à venda do direito relacionado à comercialização de produtos Iveco para a rede de concessionários e respectivos clientes finais.

O preço acordado entre as partes foi efetivamente pago ao Banco na mesma data da assinatura do contrato. Como todas as obrigações e direitos decorrentes do referido contrato começam a vigorar a partir de janeiro de 2014, a competência contábil para reconhecimento da receita se dará no exercício de 2014.

Todas as operações originadas no exercício de 2013 para os clientes finais dos veículos Iveco permanecerão registradas no Banco até a liquidação final pelos clientes e a carteira de crédito rotativo para aquisição de veículos pela rede de concessionários da Iveco que permanecer no Banco durante os primeiros meses de 2014 será transferida para o Banco CNH, conforme valor a ser estabelecido entre as partes em contrato futuro a ser celebrado até 30 de maio de 2014 (Floor Plan Agreement).

15. Patrimônio Líquido
a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 647.391.175 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 0,731658472 cada.

O capital social, em 31 de dezembro de 2013, é assim composto:

Acionistas	Quantidade ações ordinárias	Capital social em R\$	%
Fidis S.p.A.	485.543.378	355.251.926,04	75,00
Fiat Automóveis S.A.	161.847.792	118.417.308,19	25,00
Outros (*)	5	3,66	0,00
	647.391.175	473.669.237,89	100,00

(*) Refere-se a ações detidas pelos membros eleitos do Conselho de Administração.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Em 17 de janeiro de 2012, o Banco Central aprovou a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 04 de março de 2011, que ratificou o aumento de capital feito pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de dezembro de 2010, através da absorção da reserva especial de lucros no montante de R\$25.183 relativa ao lucro retido do exercício de 2010. Dessa forma, foi realizada a transferência da rubrica aumento de capital para a conta de capital social, em conformidade com as normativas do Banco Central, produzindo assim os efeitos reflexos contábeis e societários decorrentes dessa aprovação, aumentando, portanto, o capital social de R\$337.261 para R\$362.444 com emissão de novas ações.

Em 16 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a deliberação de aumento de capital feito pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2011, através da absorção da reserva especial de lucros no montante de R\$66.216 relativa ao lucro retido do exercício de 2011. Em 23 de abril de 2012, o Banco Central também aprovou a ata da referida Assembleia, passando assim o capital social de R\$362.444 para R\$428.660 com emissão de novas ações.

Em 18 de dezembro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou novo aumento de capital social de R\$428.660 para R\$448.703, mediante a absorção dos juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$20.043. Adicionalmente, foi proposto também na referida Assembleia mais um aumento de capital social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$24.966 relativa ao lucro retido do exercício de 2012.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Em 18 de março de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a deliberação de aumento de capital feito pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2012, através da absorção dos juros sobre capital próprio e da reserva especial de lucros, ambos relativos ao exercício de 2012, nos montantes de R\$20.043 e R\$24.966, respectivamente. Em 06 de novembro de 2013, o Banco Central também aprovou a ata da referida Assembleia, passando assim o capital social de R\$428.660 para R\$473.669 com emissão de novas ações.

Em 20 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento ao acionistas de juros sobre capital próprio relativo ao exercício de 2013 no montante bruto de R\$11.674 (R\$9.923 líquido do imposto de renda retido na fonte) bem como pela destinação do lucro líquido do exercício de 2013 para a conta de reserva especial de lucros até posterior deliberação, que ocorrerá quando da realização da Assembleia Geral Ordinária a ser estabelecida no primeiro trimestre de 2014.

b) Reserva Legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, conforme regulamentação da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações.

c) Reserva de Expansão

Em conformidade com o Artigo 196, da Lei nº 6.404/76, em 2009, o Banco constituiu reserva de expansão com o objetivo de reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital.

d) Destinação do resultado

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido do exercício calculado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, deduzido da reserva legal.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o Banco distribuiu aos seus acionistas juros sobre capital próprio em consonância com a legislação tributária em vigor, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.13	31.12.12
Juros sobre capital próprio:		
Valor bruto	11.674	23.580
Imposto de renda retido na fonte	(1.751)	(3.357)
Valor líquido	9.923	20.043
Juros sobre capital próprio por ação	0,02	0,04

Em conformidade com o parágrafo 3º, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, a Administração do Banco, ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2012, relativa ao lucro do exercício de 2012, e pela Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 20 de dezembro de 2013, relativa ao lucro do exercício de 2013, propôs a distribuição de dividendos inferiores ao mínimo obrigatório, destinando, como reserva especial de lucros, a totalidade do lucro do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição de juros sobre capital próprio, nos montantes de R\$24.966 e R\$24.426 relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

A destinação da reserva referente ao lucro não distribuído do exercício de 2013 será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014.

16. Outras despesas
a) Outras despesas administrativas:

	2º semestre 13	31.12.13	31.12.12
Consultorias jurídicas	(355)	(862)	(1.595)
Consultoria financeira - Fiat Finanças (Nota 11)	(991)	(5.595)	(5.190)
Serviços prestados - Fiat do Brasil (Nota 11)	(240)	(976)	(1.893)
Serviços inspetoria - Floor Plan	(385)	(881)	(1.557)
Serviços gestão documental e Tech for	(371)	(849)	(1.669)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(2.984)	(6.702)	(7.638)
Serviços de correspondente bancário	(1.320)	(2.770)	(2.672)
Serviços prestados cobrança	(5.194)	(9.355)	(6.552)
Despesas de aluguel	(507)	(967)	(875)
Despesas de comunicação	(520)	(1.159)	(1.240)
Despesas de cadastro	(1.629)	(2.883)	(1.852)
Despesas com sistema financeiro	(731)	(1.451)	(981)
Despesas de viagens	(434)	(1.026)	(1.382)
Despesas promoções e relações públicas	(411)	(1.514)	(2.019)
Outras despesas administrativas	(4.047)	(6.984)	(6.823)
Total	(20.119)	(43.974)	(43.938)

b) Outras receitas operacionais:

	2º semestre 13	31.12.13	31.12.12
Reversão de provisão para riscos fiscais (Nota 13.a)	-	6.456	-
Recuperação de despesas diversas	83	255	12.397
Recuperação gastos cobrança	4.423	8.318	5.527
Atualização de depósitos judiciais	88	156	877
Recuperação de fundo garantidor de crédito	1.293	2.540	2.247
Atualização impostos a compensar (*)	-	37	6.789
Outras rendas operacionais	239	288	247
Total	6.126	18.050	28.084

(*) No exercício de 2012, refere-se substancialmente à atualização monetária do processo transitado em julgamento com decisão favorável ao Banco relativo à recuperação de parte do ILL - Imposto sobre Lucro Líquido (Imposto de Renda) cobrado nos anos 90 pelo Estado de São Paulo.

c) Outras despesas operacionais:

	2º semestre 13	31.12.13	31.12.12
Despesas de riscos cíveis (Nota 13.b)	(83)	(220)	(616)
Despesas de riscos trabalhistas (Nota 13.b)	11	(94)	(486)
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (Nota 7.2)	-	-	(4.860)
Amortização de perdas diferidas de arrendamento mercantil	(1.484)	(4.143)	(5.360)
Juros sobre provisão para riscos fiscais (Nota 13.a)	(215)	(400)	(1.040)
Provisão perdas realização de ativos	(669)	(1.136)	-
Juros sobre impostos	(10)	(16)	(707)
Campanha Comercial Fiat Automóveis (Nota 11)	(3.000)	(6.000)	(6.000)
Despesas processuais de cobrança	(3.464)	(7.041)	(4.297)
Outras despesas operacionais	(112)	(754)	(2.234)
Total	(9.038)	(19.804)	(25.600)

d) Conforme disposto na Resolução nº 3.490/08, do Conselho Monetário Nacional, e disposições complementares, a partir de 1º de janeiro de 1995 as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderado por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de Basileia era de 13,12%, sendo o índice mínimo exigido pela referida Resolução é de 11%.

O índice da Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	Basileia	
	31.12.13	31.12.12
Patrimônio líquido	523.583	492.569
(-) Ativos diferidos	(655)	(2.456)
(-) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos	-	(2.981)
(-) Excesso de crédito tributário em relação ao PR de Nível I	-	(6.875)
Patrimônio de referência nível I	522.928	480.257
(+) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos	-	2.981
Patrimônio de referência nível II	-	2.981
(a) Patrimônio de Referência total (nível I + nível II)	522.928	483.238
Alocação de Capital:		
Risco de crédito - RWACPAD	411.832	322.973
Risco operacional - RWAOAPAD	26.657	22.751
(b) Patrimônio de Referência Exigido	438.489	345.724
(c) Risco de mercado - RBAN	1.344	1.121
Margem = a - (b + c)	83.095	136.393
Índice da Basileia	13,12%	15,38%
Limites de imobilização		
Base de Cálculo	31.12.13	31.12.12
Patrimônio de Referência - PR	522.928	483.238
(a) Situação do imobilizado	7.003	5.196
(b) Limite para imobilização (50% PR)	261.464	241.619
Margem (b - a)	254.461	236.423
Índice de Imobilização em relação ao PR	1,34%	1,08%

17. Gerenciamento de Riscos e de Capital Regulatório

Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos e de capital adotadas pelo Banco. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Circular nº 3.477 (Gestão Riscos) e Resolução nº 3.988 (Gestão Capital) do Banco Central do Brasil, podem ser obtidas no site do Banco na internet, no endereço www.bancofidis.com.br.

18.1 Gestão de Riscos
a) Risco Operacional

O Banco, em atendimento às exigências da Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional, implementou, após a aprovação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê Especial vinculado diretamente à Presidência do Banco, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. Os relatórios de acompanhamento estão à disposição na sede do Banco.

b) Risco de Liquidez

O Banco, seguindo as normas contidas nas Resoluções nºs 2.804, 3.464 e 4.090 do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez deve identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a possibilidade de a instituição não conseguir honrar suas operações, esperadas e inesperadas, e a possibilidade de não conseguir liquidar, a preço justo, suas posições financeiras devido ao tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado no mercado.

Essa estrutura prevê políticas e estratégias documentadas e formalizadas, incluindo política de captação, que são revisadas anualmente, processos e procedimentos, plano de contingência e testes de estresse, permitindo ao Banco manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração.

O Comitê de Funding que se reúne periodicamente tem entre suas atribuições a responsabilidade de promover discussões e análises sobre a exposição ao risco de liquidez. Também acompanha os processos e procedimentos elaborados pela área de gerenciamento do risco de liquidez, garantindo a aderência às normas regulatórias estabelecidas.

c) Risco de crédito

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco em atendimento à Resolução nº 3.761 do Conselho Monetário Nacional deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Banco.

O Comitê de Crédito e Risco é órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocação do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do Chief Risk Officer (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

18.2 Gestão de Capital

A Gestão de Capital é realizada pelo Banco, em conformidade com a Resolução nº 3.988 do Banco Central, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

O gerenciamento de capital é realizado de forma integrada, envolvendo as principais áreas impactantes do Banco. A Controladoria é a principal responsável por controlar e monitorar o capital e o Comitê de Funding é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, fazendo cumprir a Política de Gestão de Capital.

A definição de metas e limites permite que o Banco realize o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos. A política de Gestão de Capital bem como o Plano de Capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
A DIRETORIA
CONTROLLER
RÔMULO SILVA GREGO
 CRC - MG - 47342/O-4

CONTADOR
BRUNO CÉSAR MAGALHÃES CORREIA DE SÁ
 CRC - MG - 084398/O-0

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exame e discussões dos Auditores Independentes, Ernst & Young, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a serem submetidos à próxima Assembleia Geral Ordinária.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do

Banco Fidis S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fidis S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base